## **SUMÁRIO**

PRI	PREFÁCIO					
INT	ROI	DUÇÃO	)	13		
1.	OS	OS PRINCÍPIOS DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
	l.	Cons	iderações preliminares	18		
	2.	Meta	princípios da proteção integral e da prioridade absoluta	20		
	3.	Princ	ípios derivados	23		
2.	DA FAMÍLIA NATURAL E EXTENSA					
	Da classificação trinária de família					
	2.	Da fa	mília natural e da família extensa	30		
		2.1	Da família natural e o direito à vida e à saúde	30		
		2.2	Da família extensa ou ampliada	33		
3.	DA	FAMÍ	LIA SUBSTITUTA	34		
	1.	Das o	lisposições gerais	34		
	2.	Da gu	uarda e da tutela	38		
4.	DA	ADOÇ	ÂO	42		
	1	Evolu	ıção do instituto	42		
	2.	Conc	eito e espécies	43		
	3.	Carac	eterísticas	46		
	4.	Requ	isitos subjetivos	52		
	5.	Requ	isitos objetivos	52		
	6.	Impe	dimentos	54		
5.	DA ADOÇÃO INTERNACIONAL					
	1.	Cons	iderações iniciais	58		
	2.	O pro	ocedimento da adoção internacional de acordo com a posição do			
		Brasi	l como país de origem ou país de acolhida	61		
		2.1	País de origem – Adoção por não nacionais			
		2.2	País de origem – Adoção por nacional (art. 52-B do Estatuto)			
		2.3	País de acolhida (art. 52-C e 52-D)	64		
6.	DA	DAS MEDIDAS PROTETIVAS				
	1.					
	2. Da inserção em acolhimento familiar					
	3.					
7.	DA	DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO				
	1.	Das d	lisposições gerais	74		
	2.	Das e	ntidades de atendimento	77		
		2.1	Das entidades responsáveis pela execução de programa de			
			acolhimento institucional	77		



## 12 Comentários à Lei Nacional da Adoção

		2.2 Entidades responsáveis pela execução de programas de acolhimento familiar	78			
	2	Dos princípios regedores do programa de acolhimento familiar ou				
	3.	institucional	79			
0	22.0	CEDIMENTOS	82			
8.		CEDIMENTOS	82			
	l.	Das disposições gerais	81			
	2.	Das normas procedimentais específicas	04			
		2.1 Procedimento da perda e suspensão do poder familiar	84			
		2.2 Procedimento para colocação em família substituta	85			
	3.	Do procedimento da habilitação de pretendentes à adoção	87			
9.	DOS	RECURSOS	91			
10.	TEM	IAS VARIADOS RELACIONADOS ÀS ALTERAÇÕES				
	EMP	PREENDIDAS PELAS LEIS 12.003/2009 E 12.010/2009	95			
	í	Os reflexos da alteração no estudo das medidas socioeducativas	95			
	2.	A revogação do art. 392-A da CLT	98			
	3.	Da defesa dos interesses difusos	99			
	0.	Do Conselho Tutelar	99			
DEI	4.	Do Conseino Tuleiar	101			
KE	REFLEXÕES FINAIS					
	LIOC	JRAFIA	105			